

# Agenda de Prioridades de Pesquisa do Ministério da Saúde



APPMS

MINISTÉRIO DA SAÚDE  
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos  
Departamento de Ciência e Tecnologia

- APPMS -  
AGENDA DE PRIORIDADES DE PESQUISA  
DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Brasília – DF  
2018



2018 Ministério da Saúde.



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Sem Derivações 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: <[www.saude.gov.br/bvs](http://www.saude.gov.br/bvs)>.

Esse trabalho foi desenvolvido em cooperação entre o Departamento de Ciência e Tecnologia e a Organização PanAmericana da Saúde.

Tiragem: 1ª edição – 2018 – versão eletrônica

*Elaboração, distribuição e informações:*

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos

Departamento de Ciência e Tecnologia

Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Ed. Sede, Sobreloja

CEP: 70.058-900 – Brasília/DF

Tel.: (61) 3315-9230

Site: [www.saude.gov.br/sctie](http://www.saude.gov.br/sctie)

*Supervisão geral:*

Camile Giaretta Sachetti

Patricia de Campos Couto

Samantha Lemos Turte-Cavadinha

Gabriela Bardelini Tavares Melo

Cássia de Fátima Rangel Fernandes

Karlos Diogo de Melo Chalegre

*Editoração:*

Jessica Alves Rippel (Decit/SCTIE/MS)

*Design Gráfico:*

Gustavo Veiga e Lins (Decit/SCTIE/MS)

*Fotografia:*

Domínio público

*Elaboração e organização:*

Fabiana Araújo Figueiredo da Mata

Liana Chaves Mendes dos Santos

Lucas Francisco Ribeiro do Nascimento

Priscila Campos Bueno

*Normalização:*

Editora MS/CGDI

#### Ficha Catalográfica

---

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia.

Agenda de Prioridades de Pesquisa do Ministério da Saúde - APPMS [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia. – Brasília : Ministério da Saúde, 2018.

26 p. : il.

Modo de acesso: World Wide Web:

<[http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/agenda\\_prioridades\\_pesquisa\\_ms.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/agenda_prioridades_pesquisa_ms.pdf)>

ISBN 978-85-334-2680-1

1. Prioridades. 2. Pesquisa em Saúde. 3. Saúde Pública. I. Título.

CDU 614

Catalogação na fonte – Coordenação-Geral de Documentação e Informação – Editora MS – OS 2018/0494

*Título para indexação:*

Research Priorities Agenda from the Ministry of Health of Brazil



# AGRADECIMENTOS

- Secretaria de Atenção à Saúde (SAS)
- Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE)
- Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP)
- Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES)
- Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI)
- Secretaria Executiva (SE)
- Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)



# ABREVIACÕES

**AB** – Atenção Básica

**ANPPS** – Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde

**APPMS** – Agenda de Prioridades de Pesquisa do Ministério da Saúde

**ARV** – Antirretroviral

**CAM** – Combined Approach Matrix

**CESAF** – Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica

**CIS** – Complexo Industrial da Saúde

**CPN** – Centros de Parto Normal

**DECIT** – Departamento de Ciência e Tecnologia

**EAS** – Estabelecimentos Assistenciais de Saúde

**HBV** – Hepatitis B vírus (vírus da hepatite B)

**HCV** – Hepatitis C vírus (vírus da hepatite C)

**HIV** – Human Immunodeficiency Virus (vírus da imunodeficiência humana)

**IgG** – Imunoglobulinas G

**IgM** – Imunoglobulinas M

**IST** – Infecções sexualmente transmissíveis

**LARC** – Long-acting reversible contraception

**MS** – Ministério da Saúde

**OMS** – Organização Mundial da Saúde

**OPAS** – Organização Pan-Americana da Saúde

**PBA** – Projetos Básicos Ambientais

**PESS** – Pesquisas Estratégicas para o Sistema de Saúde

**PNCTIS** – Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde

**PPSUS** – Programa Pesquisa para o SUS

**PROADI** – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS

**RAS** – Rede de Atenção à Saúde

**SAMU** – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

**SAS** – Secretaria de Atenção a Saúde

**SGEP** – Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa

**SGTES** – Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

**SESAI** – Secretaria Especial de Saúde Indígena

**SE** – Secretaria Executiva

**SVS** – Secretaria de Vigilância em Saúde

**SCTIE** – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos

**STORCH** – Sífilis, toxoplasmose, rubéola, citomegalovírus e herpes

**SUS** – Sistema Único de Saúde

**TARV** – Terapia Antirretroviral



# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	09
INTRODUÇÃO .....	11
METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DA AGENDA DE PRIORIDADES DE PESQUISA	
DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - APPMS .....	13
LINHAS DE PESQUISAS PRIORIZADAS .....	15
Eixo 1 – Ambiente, Trabalho e Saúde .....	15
Eixo 2 – Assistência Farmacêutica .....	15
Eixo 3 – Avaliação Pós-Incorporação .....	15
Eixo 4 – Desenvolvimento de Tecnologias e Inovação em Saúde .....	16
Eixo 5 – Doenças Crônicas Não Transmissíveis .....	16
Eixo 6 – Doenças Transmissíveis .....	17
Eixo 7 – Economia e Gestão em Saúde .....	18
Eixo 8 – Gestão do Trabalho e Educação em Saúde .....	19
Eixo 9 – Programas e Políticas em Saúde .....	19
Eixo 10 – Saúde da Mulher .....	20
Eixo 11 – Saúde da População Negra e das Comunidades Tradicionais .....	21
Eixo 12 – Saúde do Idoso .....	21
Eixo 13 – Saúde Indígena .....	22
Eixo 14 – Saúde Materno Infantil .....	23
REFERÊNCIAS .....	25





# APRESENTAÇÃO

O debate sobre a importância da pesquisa para os sistemas e serviços de saúde ganhou força a partir de 1990, liderado pelo *Council on Health Research for Development* (COHRED) e o *Global Forum for Health Research*, que entendem a saúde como um direito, a equidade como um princípio e a pesquisa com uma ferramenta indispensável para auxiliar no desenvolvimento de intervenções que ajudarão a prevenir ou mitigar o impacto na saúde de políticas, programas, processos, ações ou eventos originários de qualquer setor. A pesquisa científica e tecnológica em saúde é considerada, portanto, um componente indispensável à melhoria das ações de promoção, proteção e recuperação da saúde da população. No Brasil, a construção de um sistema de ciência, tecnologia e inovação para a saúde e a definição de prioridades de investigações têm contribuído para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da incorporação de novos conhecimentos e tecnologias.

O país tem participado ativamente das discussões sobre a relevância da pesquisa em saúde e aos poucos vem aumentando sua participação no cenário mundial. Em 2000, com a criação do Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit), integrante da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE), o Ministério da Saúde (MS) consolidou seu papel de promotor e de incentivador do desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação na área da saúde, conforme preconiza o artigo 200 da Constituição Federal de 1988.

A cada ano, o Decit/SCTIE/MS fortalece seu escopo enquanto agente indutor de pesquisa em saúde e, a partir de 2004, passou a ser o protagonista na definição de prioridades de pesquisa em saúde no país, coordenando a construção de uma agenda nacional, a partir do debate com pesquisadores em saúde, gestores e sociedade civil, que resultou na publicação da Agenda Nacional de Prioridade de Pesquisa em Saúde (ANPPS). Em 2011, com o objetivo de convergir os temas de pesquisa com as prioridades da Política Nacional de Saúde, contidas no Plano Plurianual 2012-2015, o Decit/SCTIE/MS publicou o documento Pesquisas Estratégicas para o Sistema de Saúde (PESS), de forma a complementar a ANPPS e direcionar os investimentos do governo federal, visando atender as necessidades de aperfeiçoamento do SUS, identificadas naquele momento.

Com o objetivo de alinhar as prioridades atuais de saúde com as atividades de pesquisa científica, tecnológica e inovação e direcionar os recursos disponíveis para investimento em temas de pesquisas estratégicas para o SUS, o Decit/SCTIE/MS conduziu, em conjunto com as demais áreas técnicas do MS, a elaboração de uma nova agenda, a Agenda de Prioridades de Pesquisa do Ministério da Saúde (APPMS), que traz 172 linhas de pesquisa, distribuídas em 14 eixos temáticos.

A publicação da APPMS ratifica o compromisso do Ministério da Saúde com o desenvolvimento de pesquisas em saúde com a finalidade de integrar a ciência, a tecnologia e a inovação aos serviços prestados à população brasileira.

GILBERTO OCCHI  
Ministro da Saúde

MARCO FIREMAN  
Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos



# INTRODUÇÃO

A pesquisa em saúde no Brasil apresenta demandas específicas de acordo com o perfil epidemiológico do país, que se caracteriza pela presença de problemas persistentes, incluindo doenças tropicais e negligenciadas, epidemias emergentes e doenças crônicas não-transmissíveis. Dessa forma, a definição de prioridades de pesquisa em saúde é uma tarefa difícil, especialmente porque as necessidades de investimentos em saúde são inúmeras e os recursos para enfrentá-las são limitados. No entanto, identificá-las é fundamental para potencializar a utilização dos investimentos ao direcionar de forma responsável os recursos públicos para atender às necessidades da população.

O Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (Decit/SCTIE/MS) é um dos principais responsáveis pelo incentivo ao desenvolvimento de pesquisas em saúde no país, de modo a direcionar e otimizar os investimentos realizados pelo Governo Federal às necessidades da saúde pública. Com este propósito, foi elaborada a Agenda de Prioridades de Pesquisa do Ministério da Saúde (APPMS), com o objetivo de identificar demandas de pesquisa cujos resultados possam prevenir e solucionar problemas de saúde pública, promover a melhoria da qualidade da atenção e contribuir para a implementação de políticas públicas de saúde mais efetivas.

A APPMS é um documento de caráter consultivo que além de oferecer suporte para o planejamento estratégico do Decit/SCTIE/MS e das demais áreas do MS, representa uma importante ferramenta de articulação com institutos e fundações de fomento à pesquisa, visando o estabelecimento de parcerias (públicas e privadas) para potencializar o financiamento de pesquisas em saúde e direcionar esforços para temas estratégicos e de relevância para o SUS. A estruturação da APPMS permitirá ainda o fortalecimento das ações de avaliação e monitoramento das pesquisas financiadas no âmbito do SUS, ampliando a possibilidade de incorporação de tecnologias e dos resultados das pesquisas científicas no sistema de saúde.

A SCTIE, ao elaborar e dar publicidade à APPMS, cumpre seu papel estratégico de formulação, coordenação, implementação e avaliação da Política Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS) como parte integrante da Política Nacional de Saúde.



# METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DA AGENDA DE PRIORIDADES DE PESQUISA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - APPMS

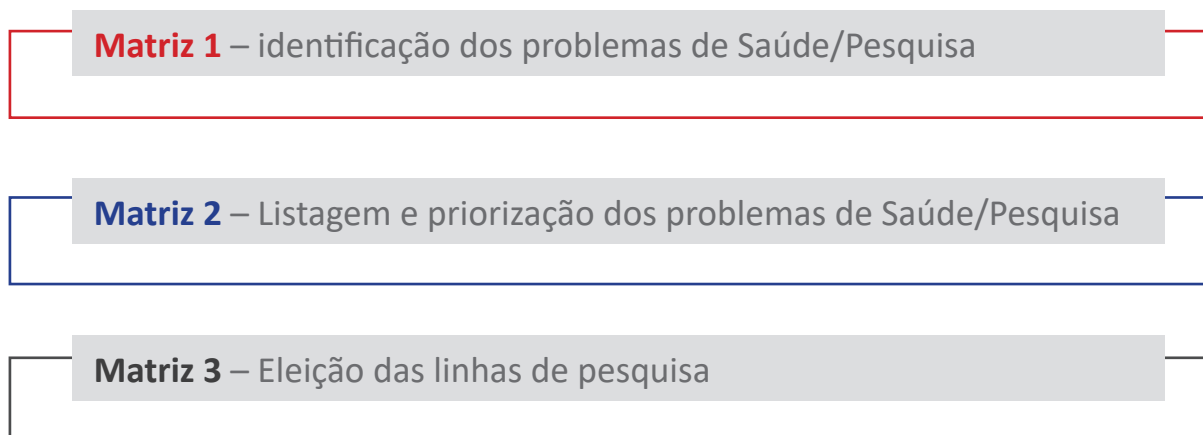
Em reconhecimento à importância da priorização de pesquisas em saúde, em 2004 o Global Forum for Health Research desenvolveu a Matriz de Abordagem Combinada, do inglês Combined Approach Matrix - CAM (GHAFFAR et al., 2004). Ela agrupa em uma única ferramenta analítica, uma variedade de fatores distribuídos em duas dimensões, a saúde pública e a institucional.

Em 2009, a mesma fundação propôs uma nova ferramenta: a 3D-CAM – *The 3D Combined Approach Matrix: An improved tool for setting priorities in research for health*, que acrescentou à matriz original a dimensão equidade (GHAFFAR et al., 2009). Esta dimensão inclui critérios que visam priorizar pesquisas que considerem a redução das múltiplas formas de discriminação, marginalização e vulnerabilidade. A adição da dimensão equidade não apenas aumenta a sensibilidade da ferramenta de priorização no que tange as raízes dos problemas de saúde, mas também alinha as prioridades de pesquisa com a abordagem baseada em direitos para a saúde, conforme preconizam o SUS e a Organização Mundial de Saúde (OMS).

Para a construção da APPMS, foi utilizada a 3D-CAM, traduzida e adaptada do documento original (GHAFFAR et al., 2009), refletindo a necessidade de priorização de temas de pesquisa em saúde, que tradicionalmente eram definidos com base nas doenças e agravos à saúde, considerando também questões transversais como políticas públicas, sistemas e determinantes em saúde. Além disso, por se tratar de um instrumento institucional, a APPMS considerou linhas de pesquisas cujos objetivos estejam voltados para melhorar os serviços do SUS, bem como avaliar a eficácia e os resultados que determinados serviços e programas exercem sobre a saúde da população.

Na ferramenta 3D-CAM são propostas matrizes para coleta, organização e análise das informações utilizadas no processo de priorização de temas de pesquisa (Figura 1).

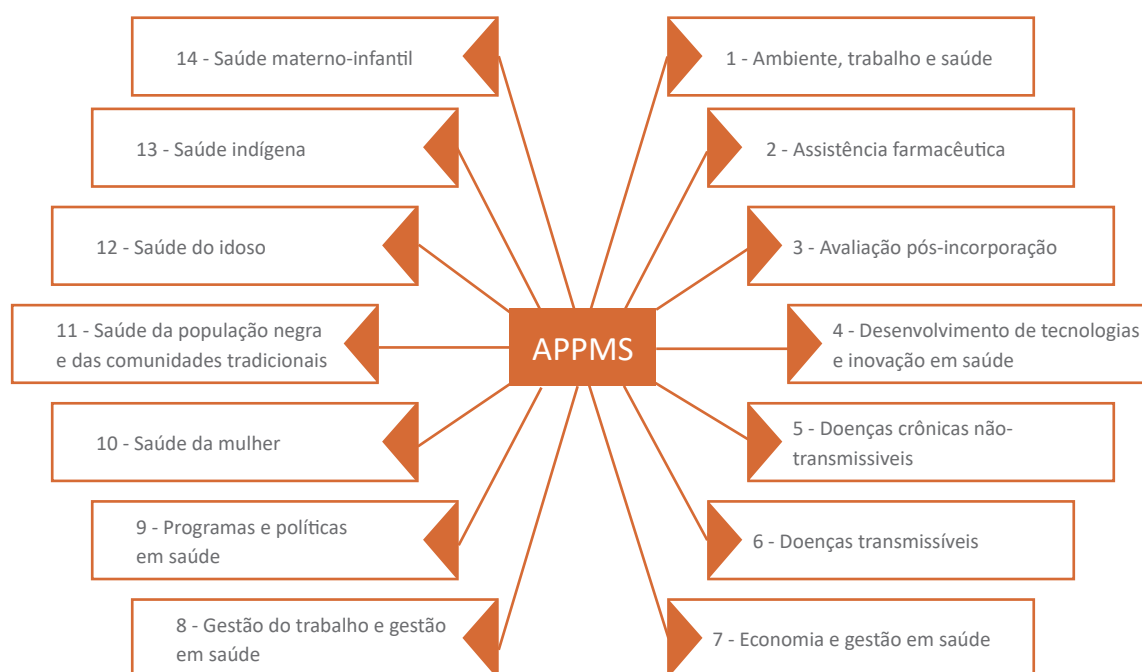
**Figura 1 - Matrizes para coleta, organização e análise das informações para priorização de temas de pesquisa, segundo a ferramenta 3D-CAM**



Os problemas de pesquisa em saúde identificados por cada secretaria do MS foram listados e acompanhados de uma breve justificativa na Matriz 1. Em seguida, os problemas foram transferidos para a Matriz 2 e, dentro de cada secretaria, seus integrantes atribuíram notas individuais para cada problema, considerando os critérios distribuídos nas três dimensões: saúde pública, institucional e equidade. Em um terceiro momento, os problemas com as maiores pontuações de cada secretaria foram selecionados e transferidos para a Matriz 3, para a eleição das linhas de pesquisa, considerando os conhecimentos necessários para a solução do problema. Esta matriz foi composta por 100 (cem) problemas no total, distribuídos entre as secretarias de acordo com o número de coordenações e o número de problemas levantados por cada uma delas. Para cada problema listado na Matriz 3 foram propostas duas linhas de pesquisa. As linhas com objetivos comuns ou que já apresentavam pesquisas com objetos semelhantes em andamento, foram sintetizadas em uma linha única ou suprimidas do documento final.

Todas as secretarias do MS participaram ativamente da construção da APPMS e as linhas de pesquisa resultantes deste processo foram distribuídas em quatorze eixos temáticos, de acordo com a semelhança dos temas (Figura 2).

**Figura 2 - Eixos temáticos da Agenda de Prioridades de Pesquisa do Ministério da Saúde**



Fonte: Elaboração própria

# LINHAS DE PESQUISAS PRIORIZADAS

O processo de priorização resultou em 172 linhas de pesquisa agrupadas em 14 eixos temáticos, conforme descrito a seguir:

## Eixo 1 – Ambiente, trabalho e saúde

- 1.1. Avaliação do impacto econômico para o SUS relativo a acidentes, doenças e agravos relacionados ao trabalho;
- 1.2. Análise da ocorrência de suicídio associada a processo, ambiente e relações de trabalho;
- 1.3. Avaliação da carga de doenças relacionada às intoxicações por agrotóxicos;
- 1.4. Avaliação dos custos diretos para o SUS dos custos indiretos (produtividade, anos de vida perdidos) relacionados às intoxicações por agrotóxicos;
- 1.5. Avaliação do impacto à saúde humana decorrente da presença de antimicrobianos em efluentes sanitários e nos mananciais brasileiros.

## Eixo 2 – Assistência farmacêutica

- 2.1. Estudos de estabilidade e de padrão de qualidade dos medicamentos manipulados utilizados em unidades pediátricas do SUS;
- 2.2. Desenvolvimento de medicamentos em formas farmacêuticas pediátricas destinadas ao SUS para tratamento de doenças negligenciadas;
- 2.3. Análise da eficiência dos processos de compra de medicamentos e imunobiológicos para o SUS;
- 2.4. Avaliação do acesso, da utilização e do uso racional de medicamentos do Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica (CESAF) do SUS;
- 2.5. Estudos sobre eficácia, segurança e custo-efetividade dos Soros Antiofídicos Liofilizados no Brasil;
- 2.6. Desenvolvimento e/ou avaliação de indicadores de resultado para o Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica (CESAF).

## Eixo 3 – Avaliação pós-incorporação

- 3.1. Avaliação da incorporação de inovações tecnológicas na atenção à saúde no SUS;
- 3.2. Avaliação do impacto da incorporação de dispositivos médicos na atenção básica do SUS;
- 3.3. Definição de níveis de impacto orçamentário para qualificar a incorporação de tecnologias em saúde;
- 3.4. Avaliação da efetividade de tecnologias em saúde inovadoras incorporadas ao SUS;
- 3.5. Avaliação da efetividade de procedimentos médicos inovadores incorporados ao SUS.



## Eixo 4 – Desenvolvimento de tecnologias e inovação em saúde

- 4.1. Análise dos fatores referentes ao desenvolvimento tecnológico, à produção e à inovação no âmbito do Complexo Industrial da Saúde (CIS), que interferem no acesso da população às tecnologias estratégicas do SUS;
- 4.2. Desenvolvimento de ferramentas e mecanismos, no âmbito do Complexo Industrial da Saúde (CIS), para potencializar: i. as parcerias público-privadas; ii. atrair investimentos; iii. internacionalizar o CIS; iv. alinhar aspectos regulatórios, de mercado e de desenvolvimento tecnológico; v. prospecção tecnológica e/ou; vi. inteligência competitiva;
- 4.3. Desenvolvimento e/ou avaliação de estratégias para transporte, preservação e manutenção da estabilidade de medicamentos e imunobiológicos em áreas remotas e de difícil acesso;
- 4.4. Desenvolvimento e/ou avaliação de estratégias e tecnologias para o aumento do acesso e da resolubilidade da atenção primária à saúde em áreas remotas e de difícil acesso;
- 4.5. Desenvolvimento de compostos farmacológicos antimicrobianos;
- 4.6. Estudos sobre a presença de antimicrobianos e desenvolvimento de tecnologias para remoção desses compostos em efluentes sanitários e nos mananciais brasileiros;
- 4.7. Mapeamento, desenvolvimento e validação de ferramentas de integração dos dados e dos sistemas de informação para subsidiar a utilização dos recursos públicos destinados às tecnologias de saúde;
- 4.8. Mapeamento e desenvolvimento de modelos de gestão de tecnologias em saúde para estabelecimentos assistenciais de saúde.

16

## Eixo 5 – Doenças crônicas não-transmissíveis

- 5.1. Avaliação de custos e do impacto econômico no Sistema Único de Saúde (SUS) das doenças crônicas não transmissíveis;
- 5.2. Avaliação da efetividade de estratégias de tratamento não farmacológico da obesidade na atenção básica;
- 5.3. Avaliação da efetividade de estratégias de atenção nutricional para pacientes com diabetes e hipertensão na atenção básica;
- 5.4. Análise da eficácia de drogas biossimilares antineoplásicas de interesse para o SUS;
- 5.5. Avaliação de custo-efetividade da utilização das drogas biossimilares antineoplásicas;
- 5.6. Avaliação dos custos e análise dos fatores que interferem na implantação da linha de cuidado em doença falciforme na Rede de Atenção à Saúde (RAS);
- 5.7. Análise do impacto de determinantes sociais, como gênero, raça e orientação sexual na saúde mental.

## Eixo 6 – Doenças transmissíveis

- 6.1. Desenvolvimento e/ou avaliação de estratégias para a ampliação da atenção às doenças negligenciadas incluindo estratégias pertinentes ao contexto da avaliação, incorporação e monitoramento de tecnologias no SUS;
- 6.2. Avaliação do impacto financeiro para o Ministério da Saúde decorrente da importação de medicamentos para doenças negligenciadas;
- 6.3. Avaliação de novas estratégias para controle das geo-helmintíases e para eliminação da hanseníase, tracoma e esquistossomose como problema de saúde pública no Brasil;
- 6.4. Avaliação do impacto da Campanha Nacional Integrada de hanseníase, verminoses, tracoma e esquistossomose;
- 6.5. Avaliação da efetividade e da segurança de esquemas terapêuticos utilizados no tratamento de hanseníase;
- 6.6. Desenvolvimento e/ou validação de testes diagnósticos para pacientes imunossuprimidos com leishmaniose visceral;
- 6.7. Validação de testes diagnósticos para pacientes com leishmaniose tegumentar;
- 6.8. Avaliação de estratégias para o acesso/adesão ao diagnóstico e tratamento da pessoa com tuberculose;
- 6.9. Avaliação de estratégias de proteção social no acesso, diagnóstico, tratamento da pessoa com tuberculose e seus desfechos;
- 6.10. Identificação e avaliação de novos alvos moleculares (hospedeiro/agente) para o tratamento da pessoa com tuberculose;
- 6.11. Desenvolvimento, avaliação e validação de novos medicamentos para o tratamento da tuberculose sensível e resistente;
- 6.12. Desenvolvimento e/ou validação de métodos sensíveis para detecção de carga viral para HIV em pacientes que fazem hormonoterapia;
- 6.13. Análise epidemiológica e/ou farmacológica da interação entre medicamentos Antirretrovirais (ARV) e a hormonoterapia em população trans;
- 6.14. Avaliação de métodos diagnósticos e estratégias para adesão ao Tratamento Antirretroviral (TARV) na população jovem vivendo com HIV/AIDS;
- 6.15. Análise dos fatores que interferem na adesão à Terapia Antirretroviral (TARV) e desenvolvimento de estratégias de adesão para a população jovem vivendo com HIV;
- 6.16. Análise dos comportamentos, atitudes e práticas em relação aos riscos e vulnerabilidades para o HIV na população jovem;
- 6.17. Análise da evolução de indivíduos vivendo com HIV por meio de transmissão vertical;
- 6.18. Análise da adesão ao tratamento e qualidade de vida de pessoas vivendo com HIV por transmissão vertical;
- 6.19. Desenvolvimento e/ou avaliação de estratégias de prevenção, tratamento e diagnóstico da coinfeção de pessoas vivendo com HIV, tuberculose, histoplasmose, criptococose, leishmaniose e outras doenças tropicais;
- 6.20. Avaliação do impacto econômico/social da coinfeção HIV e outras doenças;

- 6.21. Análise dos custos sociais e econômicos relacionados ao aumento das taxas de detecção do HIV/Aids entre jovens;
- 6.22. Avaliação do risco residual de transmissão transfusional de HIV, HBV e HCV no Brasil, considerando seu impacto na saúde da população com necessidade transfusional;
- 6.23. Análise dos fatores de risco relacionados com a transmissão transfusional de HIV, HBV e HCV no Brasil, com a utilização dos métodos atuais de seleção de doadores e triagem laboratorial;
- 6.24. Avaliação da implementação da vacinação de HPV na população alvo no Brasil;
- 6.25. Desenvolvimento e/ou validação de testes específicos para o diagnóstico das arboviroses;
- 6.26. Análises do impacto clínico e custo-efetividade dos testes rápidos de Dengue IgM/IgG, Febre do Chikungunya IgM e vírus Zika IgG/IgM;
- 6.27. Desenvolvimento e/ou avaliação de ferramentas para o diagnóstico precoce das arboviroses;
- 6.28. Desenvolvimento de estratégias para diagnóstico e tratamento de quadros clínicos atípicos de Chikungunya e Zika;
- 6.29. Desenvolvimento e/ou avaliação de modelos preditivos do risco de transmissão silvestre da Febre Amarela e de reurbanização da transmissão do vírus da Febre Amarela (por *Aedes aegypti*) no Brasil;
- 6.30. Investigação sobre as faunas entomológica e primatológica e sobre a manutenção da circulação viral nos espaços de transmissão recente de Febre Amarela no Brasil;
- 6.31. Avaliação do nível de resistência aos inseticidas utilizados no controle de vetores transmissores de malária no Brasil e validação de novas tecnologias de análise da resistência;
- 6.32. Desenvolvimento e/ou validação de tecnologias para diagnóstico de malária em áreas remotas, de difícil acesso e sem energia elétrica;
- 6.33. Desenvolvimento e/ou avaliação de estratégias para armazenamento e preservação de teste rápido para malária em áreas remotas e de difícil acesso;
- 6.34. Avaliação de impacto e dos custos relacionados ao uso de inseticidas para o controle de vetores da malária;
- 6.35. Avaliação do impacto social e/ou econômico da resistência aos antimicrobianos no Brasil;
- 6.36. Análise das questões éticas relacionadas às políticas de enfrentamento da emergência do vírus zika e seus impactos sobre mulheres, famílias e indivíduos afetados pela infecção.

## Eixo 7 – Economia e gestão em saúde

- 7.1. Estudo do mercado e da demanda de dispositivos médicos no SUS para a atenção básica em saúde;
- 7.2. Análise comparativa entre o impacto orçamentário pré e pós incorporação de tecnologias no
- 7.3. SUS;
- 7.4. Avaliação do processo de orçamentação nos três níveis de atenção do SUS;
- 7.5. Avaliação dos impactos à saúde decorrentes da alocação de recursos em ações da Atenção Básica;
- 7.6. Avaliação do Gasto Tributário Líquido e seu impacto no financiamento do SUS;  
Avaliação de custeio, viabilidade técnica e sustentabilidade de Estabelecimentos Assistenciais
- 7.7. de Saúde (EAS) construídos e equipados, que se encontram inoperantes no SUS;
- 7.8. Levantamento e análise do Custo Global de Hospitais Públicos do SUS;
- 7.9. Desenvolvimento de estratégias para o uso racional de recursos públicos em Hospitais Públicos;  
Análise da relação entre custos hospitalares e melhoria dos desfechos do cuidado em âmbito nacional.

## Eixo 8 – Gestão do trabalho e educação em saúde

- 8.1. Análise da relação entre a produtividade e os vínculos dos profissionais de saúde do SUS;
- 8.2. Avaliação da implementação de estratégias de educação em saúde no SUS;
- 8.3. Avaliação do impacto da educação técnica em saúde na qualificação das competências profissionais no SUS;
- 8.4. Análise das potencialidades da educação técnica em saúde para o SUS;
- 8.5. Análise dos modelos de financiamento para educação em saúde para o Ministério da Saúde;
- 8.6. Avaliação do impacto do “Programa Mais Médicos” na qualificação da formação de profissionais de saúde no Brasil;
- 8.7. Avaliação do impacto das ofertas educacionais do Ministério da Saúde na qualificação e desempenho dos profissionais do SUS.

## Eixo 9 – Programas e políticas em saúde

- 9.1. Avaliação dos eventos adversos na Atenção Primária a Saúde, relacionados à Segurança do Paciente, e seus impactos na saúde pública;
- 9.2. Avaliação do Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNPS) no SUS;
- 9.3. Avaliação econômica e da segurança do paciente, considerando os desperdícios nos serviços de saúde;
- 9.4. Análise da relação entre o desempenho da gestão hospitalar local (estados e municípios) e a segurança do paciente;
- 9.5. Avaliação do impacto da transferência da gestão pública para as Instituições Sem Fins Lucrativos na qualidade de saúde da população;
- 9.6. Avaliação dos programas de isenção fiscal e seus impactos para o SUS;
- 9.7. Análise de custo efetividade dos projetos implementados no âmbito do PROADI;
- 9.8. Avaliação do Programa Nacional de Gestão de Custos;
- 9.9. Avaliação do impacto da Política Nacional de Educação Permanente no trabalho em saúde;
- 9.10. Avaliação do custo-efetividade da implementação da Política Nacional de Educação Permanente no trabalho em saúde;
- 9.11. Avaliação das ações do Programa Telessaúde Brasil Redes na atenção básica do SUS;
- 9.12. Desenvolvimento e validação de metodologias para avaliação dos resultados do Programa Telessaúde Brasil Redes no SUS;
- 9.13. Análise do impacto do Programa Mais Médicos para a atenção básica em áreas de elevada vulnerabilidade social;
- 9.14. Avaliação de impacto do Programa de Treinamento em Epidemiologia Aplicada Aos Serviços do Sistema Único de Saúde – EpiSUS no contexto das emergências em saúde pública;
- 9.15. Avaliação do custo-efetividade do Programa de Treinamento em Epidemiologia Aplicada Aos Serviços do Sistema Único de Saúde – EpiSUS;
- 9.16. Análise do cenário atual e experiências de sustentabilidade, eficiência e bons resultados da Atenção Hospitalar do SUS;
- 9.17. Análise do impacto das ações da atenção pré-hospitalar (móvel e fixa) e da urgência e emergência sobre a saúde da população;

- 9.18. Análise de custo-efetividade das ações da atenção pré-hospitalar (móvel e fixa) e da urgência e emergência no SUS;
- 9.19. Avaliação do tempo de resposta por perfil de gravidade no SAMU;
- 9.20. Avaliação de impacto da Política Nacional de Atenção às Urgências;
- 9.21. Análise do perfil epidemiológico dos pacientes atendidos na rede e nos serviços de urgência e emergência do SUS;
- 9.22. Avaliação do impacto da Atenção Domiciliar na rotatividade de leitos hospitalares;
- 9.23. Avaliação de custo-efetividade do Serviço de Atenção Domiciliar;
- 9.24. Análise das especificidades do trabalho em Atenção Domiciliar no que se refere à regulação e à gestão do trabalho;
- 9.25. Análise da atenção integral à saúde das crianças em situação de rua;
- 9.26. Análise de inovações e estratégias no cuidado das crianças em vulnerabilidade social nas periferias dos grandes centros urbanos;
- 9.27. Avaliação da oferta de ações e serviços de saúde da Atenção Básica frente às necessidades da população;
- 9.28. Avaliação da qualidade dos dados do Sistema Nacional de Informação do Programa Nacional de Imunização;
- 9.29. Avaliação nacional da cobertura vacinal em crianças menores de cinco anos e outros atributos de qualidade dos Programas de Imunizações;
- 9.30. Desenvolvimento e/ou avaliação de ferramentas para unificação e desagregação de dados de estudos populacionais nacionais de base municipal e estadual, que considerem idade, sexo e raça/cor;
- 9.31. Estimativas populacionais com séries temporais, de base municipal e estadual, por raça/cor, considerando as variáveis idade e sexo, no Brasil;
- 9.32. Avaliação de Tecnologias em Saúde na Atenção Básica;
- 9.33. Avaliação de custo-efetividade para o SUS dos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS).

## Eixo 10 – Saúde da mulher

- 10.1. Análise dos fatores que interferem na baixa cobertura do rastreio e do tratamento do Câncer de Mama e de Colo Uterino entre as mulheres nas faixas etárias preconizadas;
- 10.2. Análise dos serviços de saúde do SUS quanto à regulação e acesso de mulheres ao rastreio e tratamento de câncer de mama e de colo uterino;
- 10.3. Avaliação dos efeitos clínicos relacionados ao uso de LARC e não LARC em adolescentes;
- 10.4. Análise comparativa dos métodos contraceptivos de escolha dos adolescentes e da taxa de continuidade de uso de diferentes tipos de anticoncepcionais;
- 10.5. Identificação e análise das práticas dos profissionais da saúde na atenção integral a mulheres e meninas em situação de violência doméstica e sexual nos serviços de urgência e emergência;
- 10.6. Mapeamento e análise da inserção dos serviços de urgência/emergência na Rede de Proteção às Mulheres em Situação de Violência;
- 10.7. Mapeamento e análise de boas práticas e estratégias inovadoras para identificação e cuidado integral nos casos de violência doméstica contra as mulheres;

- 10.8. Análise das estratégias adotadas pelos serviços de referência da Atenção Básica (AB) na identificação, acolhimento e cuidado de mulheres em situação de violência doméstica episódica ou de repetição;
- 10.9. Mapeamento e avaliação de boas práticas e estratégias inovadoras na atenção integral à saúde das mulheres profissionais do sexo;
- 10.10. Estudos sobre o perfil epidemiológico de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), o uso dos métodos contraceptivos e a gestação não planejada nas mulheres profissionais do sexo.

## **Eixo 11 – Saúde da população negra e das comunidades tradicionais**

- 11.1. Análise do perfil epidemiológico da população negra e das comunidades tradicionais (quilombolas e terreiros);
- 11.2. Desenvolvimento e/ou avaliação de estratégias para redução da mortalidade materna de mulheres negras;
- 11.3. Desenvolvimento e/ou avaliação de estratégias para o enfrentamento ao racismo institucional no SUS;
- 11.4. Desenvolvimento e/ou avaliação de estratégias de educação em saúde para o combate à violência contra a juventude negra;
- 11.5. Análise dos fatores que interferem na violência contra a juventude negra e seus impactos no SUS;
- 11.6. Análise comparativa entre mulheres negras e não negras em relação ao acesso e à qualidade do cuidado na Atenção Básica e Hospitalar, incluindo atenção ao parto e abortamento;
- 11.7. Análise dos fatores que interferem no acesso da população negra e das comunidades tradicionais (quilombolas e terreiros) aos serviços da atenção básica;
- 11.8. Levantamento e análise da opinião das mulheres, com o recorte de raça/cor, sobre o acolhimento e o cuidado ofertado a elas na Atenção Básica (AB) e hospitalar, incluindo serviços de atenção ao parto e abortamento.

## **Eixo 12 – Saúde do idoso**

- 12.1. Análise do perfil epidemiológico das demências em pessoas idosas no Brasil;
- 12.2. Análise dos fatores de risco e proteção associados às demências em pessoas idosas no Brasil;
- 12.3. Levantamento de metodologias inovadoras, participativas e resolutivas de educação em saúde com pessoas idosas;
- 12.4. Avaliação do impacto das práticas de educação em saúde com pessoas idosas na Atenção Básica (AB);
- 12.5. Análise da gestão e das práticas das equipes no cuidado às especificidades em saúde da pessoa idosa;
- 12.6. Análise do acesso, da qualidade e da resolutividade do cuidado à saúde das pessoas idosas na Rede de Atenção à Saúde (RAS).

## Eixo 13 – Saúde indígena

- 13.1. Avaliação dos itinerários terapêuticos das gestantes indígenas: da atenção primária à atenção especializada;
- 13.2. Análise da relação entre as práticas tradicionais de cuidado de etnias indígenas no pré-natal, parto e puerpério e as condutas adotadas nos diferentes níveis de atenção à saúde;
- 13.3. Análise dos aspectos culturais intervenientes na saúde das mulheres indígenas;
- 13.4. Análise dos aspectos culturais e da autonomia da mulher indígena no contexto das políticas públicas de saúde;
- 13.5. Desenvolvimento e/ou avaliação de estratégias para a redução da mortalidade infantil indígena na atenção primária;
- 13.6. Estudos dos determinantes sociais da mortalidade infantil indígena na Amazônia Legal;
- 13.7. Desenvolvimento e validação de indicadores de saúde da criança indígena, com foco no desenvolvimento infantil;
- 13.8. Aprimoramento das ferramentas e técnicas de monitoramento e avaliação das ações na saúde da criança indígena;
- 13.9. Análise da relação entre o padrão alimentar e a saúde da população indígena infantil;
- 13.10. Avaliação do impacto da contaminação ambiental e suas implicações sobre a saúde dos povos indígenas;
- 13.11. Avaliação e desenvolvimento de estratégias para redução de danos decorrentes da mineração e produção agrícola em larga escala na saúde indígena;
- 13.12. Avaliação do impacto dos grandes empreendimentos na saúde da população indígena no Brasil
- 13.13. Avaliação da execução do componente de saúde de Projetos Básicos Ambientais (PBA) realizados por grandes empreendimentos em territórios indígenas;
- 13.14. Avaliação de registros de nascimento e óbito em comunidades indígenas e desenvolvimento de ferramentas para melhoria da cobertura desses registros no Brasil;
- 13.15. Estudo para definição da expectativa de vida da população indígena brasileira;
- 13.16. Análise do perfil epidemiológico de doenças crônicas na população indígena brasileira;
- 13.17. Análise do perfil epidemiológico de povos indígenas isolados e de recente contato;
- 13.18. Análise dos determinantes e condicionantes da transição epidemiológica na população indígena brasileira;
- 13.19. Avaliação e desenvolvimento de estratégias de controle de vetores em áreas indígenas;
- 13.20. Desenvolvimentos de protocolos clínicos e terapêuticos adequadas a povos indígenas isolados e de recente contato;
- 13.21. Avaliação do modelo de atenção e organização dos serviços de saúde à população indígena;
- 13.22. Estudo dos eventos adversos e iatrogenia social e cultural e seus impactos à saúde indígena;
- 13.23. Estudo sobre a medicalização na prática de atenção à saúde da população indígena.



## Eixo 14 – Saúde materno-infantil

- 14.1. Análise do perfil sociodemográfico e dos fatores associados à mortalidade materna;
- 14.2. Análise da mortalidade infantil e da qualidade de vida das crianças com anomalias congênitas;
- 14.3. Desenvolvimento e validação de metodologia para ampliar a captação precoce e estimar a prevalência de anomalias congênitas por agrupamentos do CID 10;
- 14.4. Avaliação do cuidado às crianças com síndrome congênita associada ao vírus Zika e Sífilis, Toxoplasmose, Rubéola, Citomegalovírus e Herpes (STORCH), nas redes de atenção à saúde;
- 14.5. Análise das alterações de crescimento e desenvolvimento, da gestação à primeira infância, das crianças com síndrome congênita associada ao vírus Zika e Sífilis, Toxoplasmose, Rubéola, Citomegalovírus e Herpes (STORCH);
- 14.6. Análise do perfil de acesso aos serviços de saúde, de educação e assistência social para crianças de 0 a 5 anos;
- 14.7. Desenvolvimento e/ou avaliação de instrumentos de monitoramento do desenvolvimento infantil no Brasil;
- 14.8. Análise do perfil de egressos dos cursos de especialização, residência e aprimoramento em enfermagem obstétrica;
- 14.9. Análise prospectiva dos indicadores de atenção dos Centros de Parto Normal (CPN) habilitados no âmbito da Rede Cegonha em comparação entre as diversas tipologias de CPN.





# REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Por que pesquisa em saúde?** Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 20 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Série Pesquisa para Saúde: Textos para Tomada de Decisão). Disponível em [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pesquisa\\_saude.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pesquisa_saude.pdf). Acessado em 30 de maio de 2017.

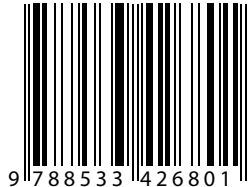
BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. [Acessado em: 8 jan 2018]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)

GHAFFAR, A.; COLLINS, T.; MATLIN, S. A.; OLIFSON, S. **The 3D Combined Approach Matrix: An improved tool for setting priorities in research for health**. Global Forum for Health Research, 2009.

GHAFFAR, A.; DE FRANCISCO, A.; MATLIN, S. A.; **The Combined Approach Matrix: A tool for Priority Setting in Health Research**. Geneva, Global Forum For Health Research, 2004. [www.globalforumhealth.org/en/media-publications/publications/\(view\)/all](http://www.globalforumhealth.org/en/media-publications/publications/(view)/all)

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Constitution of The World Health Organization**. 1946 Disponível em <http://apps.who.int/gb/bd/PDF/bd47/EN/constitution-en.pdf?ua=1>. Acessado em 30 de maio de 2017.

ISBN 978-85-334-2680-1



9 788533 426801

**DISQUE SAÚDE**



Ouvidoria Geral do SUS.  
[www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)

**Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde**  
[www.saude.gov.br/bvs](http://www.saude.gov.br/bvs)



**MINISTÉRIO GOVERNO  
DA SAÚDE FEDERAL**